

Políticas Linguísticas: Tendências glotofágicas do português no subsistema de Ensino em Angola

Linguistic Policies: Portuguese glotophagic trends in the Education subsystem in Angola

Eduardo David Ndombele

Instituto Superior de Ciências de Educação - Angola

<https://orcid.org/0000-0002-5832-6391>

eduardondombele422@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como foco as políticas linguísticas no sub-sistema de ensino em Angola. Nesse contexto, a questão que se pretende responder no trabalho é a seguinte: Será que a língua portuguesa em Angola continua a ser a única língua de escolarização em todos sub-sistema de ensino? Diante disso, o objetivo desse trabalho é investigar as políticas linguísticas traçadas pelo Estado angolano após a conquista de independência nacional em 1975 e as possíveis implicações da escolha de português como língua de escolarização no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que conta, principalmente, com a participação dos seguintes trabalhos: Calvet (2007), Ponso (2009), Vatomene (1988), dentre outros. Conclui-se que: Após a proclamação da Independência Nacional em Angola em 11 de Novembro de 1975, o português ganha um estatuto de língua nacional e conseqüentemente exerce na sociedade angolana uma tripla função: (i) Língua de Unidade Nacional, (ii) Língua de Comunicação Oficial e (iii) Língua de Ensino.

ABSTRACT

This work focuses on language policies in the education sub-system in Angola. sub-school system? Therefore, the objective of this work is to investigate the language policies drawn up by the Angolan State after the conquest of national independence in 1975 and the possible implications of choosing Portuguese as the language of schooling in the teaching and learning process. It is a bibliographical research of a qualitative nature that counts, mainly, with the participation of the following works: Calvet (2007), Ponso (2009), Vatomene (1988), among others. It is concluded that: After the proclamation of National Independence in Angola on November 11, 1975, Portuguese gained the status of national language and consequently exercised a triple function in Angolan society: (i) Language of National Unity. (ii) Official Communication Language and (iii) Teaching Language.

Keywords: Language policies; Portuguese; Sub education system

1. Introdução

Política linguística é toda escolha consciente efectuada no domínio das relações entre a língua e a vida social e mais particularmente entre a língua e vida nacional, enquanto a planificação linguística é a implementação dos meios necessários para a aplicação de uma política linguística.

A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correcto ou intervir na forma da língua. De igual modo, o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria (Calvet, 2007:17).

A citação supracitada foi extraída do livro de um eminente Professor da Universidade de Soborne, o Linguísta Louís Jean Calvet cujo título do livro é: “**As Políticas Linguísticas**” com o prefácio de um do proeminente investigador no campo de políticas linguísticas o Professor Gilvan Muller de Oliveira (2007).

Calvet, define a política linguística como: “Toda a acção de um Estado que designa escolhas, orientações e objectivos deste Estado em relação à gestão das línguas quer em situações de multilinguismo ou em situações de monolingüismo. Estas intervenções, às vezes, são inscritas na própria constituição, outras vezes suscitadas por uma situação intra ou intracomunitária preocupante em matéria linguística. E para que elas possam, realmente, deixar de ser meras declarações é preciso que sejam executadas. A esta fase Calvet chamou de intervenção: trata-se de planificação ou normalização linguística”. (Monteiro,2012).

Calvet, define a língua como o estudo das comunidades humanas através da língua. Em outro contexto, afirma que são as línguas que existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas.¹

Em África, a diversidade linguística e cultural é muito visível e constitui um dos pilares da identidade dos povos deste continente incluindo Angola, situação que faz com que a sociedade angolana seja multilíngue, pluriétnica e multiracial.

“A realidade linguística que nos abraça é culturalmente tão diferenciada quanto a diversidade de etnias existentes no país, realizando as funções socioculturais e identitárias da

¹ Gilvan Muller in prefácio de Políticas linguísticas (Calvet, 2007) este conceituado especialista em políticas linguísticas, professor da universidade de Santa Catarina (Brasil) e ex Director do Instituto Internacional de Língua portuguesa ressalta no seu prefácio consagrado a obra de Jean Louis Calvet nestes termos: “Faz pouco tempo que o termo política linguística está circulando de maneira minimamente sistemática... na metade da década de 1980, por exemplo, fui aluno de um bacharelado em linguística em uma importante universidade brasileira, como várias áreas de estudo, e não tive nenhum contacto com o termo ou a disciplina.”

população. Entrecruzam-se pelo país seis línguas nacionais, de carácter mais abrangente: kimbundu, kikongo, umbundu tchokwe, fiote e kwanhama. O português é a língua veicular, língua da administração, comunicação social e ensino, mas a identidade nacional é preenchida pelas línguas.

O Professor Gregório Firmino (2012) da Universidade Eduardo Modlane de Moçambique, explica: “Uma questão que muitos analistas da situação linguística na África pós-colonial têm levantado com frequência refere-se à necessidade de uma redefinição de políticas linguísticas, de modo a se fazer uma gestão mais adequada do tipo de diversidade linguística prevaiente em muitos países do continente. Tal necessidade deriva do pressuposto mantido por vários observadores de que em África existe uma “questão linguística”, relacionada com o contínuo uso e/ou oficialização das línguas ex-coloniais, usadas por segmentos sociais minoritários, ao mesmo tempo que as línguas locais são relegadas para um plano secundário, apesar de faladas pela maioria dos cidadãos.”

É por isso que Heine (1990) sustenta que na África sub-sahariana, predominam políticas linguísticas exoglóssicas, isto é, em muitos países africanos, línguas de origem europeia como o português, francês, inglês ou espanhol, são as línguas oficiais. Assim, não é surpreendente que, em muitos países africanos, as línguas das antigas administrações coloniais continuem a desfrutar de um estatuto superior, atendendo a que estão associadas a ambientes oficiais, meios urbanos, vantagens económicas, mobilidade social ascendente ou prestígio social, o que para alguns observadores da cena africana é problemático.

A língua é a principal fonte do conhecimento do outro, e não deveria se reduzir a um código despersonalizado. Ela pode se relacionar com realidades objectivas, mas também transmite, na comunicação interpessoal, a memória, valores, sensibilidades, sentimentos, comportamentos, tudo aquilo que dá originalidade a uma relação e sua força relacional e cultural. Além do mais, as línguas exprimem conceitos que nem sempre são equivalentes de uma língua a outra, em certos casos intraduzíveis sem uma reconstituição dos quadros de referência intelectual e culturais. A língua não é apenas uma ferramenta de comunicação, é também criadora de sentidos e geradora de representações.²

² Carta europeia de plurilinguismo (2009) coordenado pela agência universitária de francofonia, na qual defende a utilização de várias línguas por um indivíduo; tal noção se distingue da de multilinguismo, que significa a coexistência de várias línguas num grupo social. Uma sociedade plurlíngue é maioritariamente composta por indivíduos capazes de se exprimirem, em diversos níveis de competências, em várias línguas, ou seja, por indivíduos multilíngues e plurilíngues, enquanto uma sociedade multilíngue pode ser formada, em sua maioria, por indivíduos monolíngues, ignorando a língua do outro.

O linguista moçambicano Gregório Firmino esclarece: “A política linguística oficializou o Português sem o nacionalizar, e nacionalizou as línguas autóctones sem as oficializar...” (Cf. Ponso,2011)

É na senda deste pensamento que questionamos se na verdade existe uma tendência glotofágica do português nos subsistemas de ensino em Angola?

Angola é um país africano que convive com uma série de línguas nacionais, mas que utiliza a língua portuguesa como língua oficial, assumindo-se, desta forma, como um dos membros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Desta união resultou uma variedade linguística com características próprias e com a finalidade de servir as necessidades comunicativas do país. Todavia, o choque entre as línguas nacionais e a língua portuguesa, língua de escolarização do jardim infantil até a universidade tem levantado problemas graves fundamentalmente nas zonas não urbanas nos sub-subsistemas de ensino em Angola.

“Um perfil bastante comum de educandos em Angola, por exemplo, é o daqueles alunos que, não dominando nem a língua portuguesa, nem uma língua angolana, têm a primeira como língua materna. Eles recebem as primeiras noções da língua portuguesa de tutores que têm como língua materna uma língua angolana e em muitos casos não são escolarizados. Assim, transmitem aos seus tutorandos ensinamentos de um português possível, carregado de interferências da língua angolana. Esse português que os alunos têm como língua materna é uma variedade que tem suas próprias regras e normas”.³ Como é sabido a essência da política linguística colonial portuguesa pode definir-se através dos seus dois principais objectivos:

- Portugalização total de Angola⁴
- Destruição completa das línguas indígenas. (glotofagia)

Estes dois elementos supra constituíram o norte das políticas linguísticas e educativas do General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, enquanto Governador-geral de Angola. A essência da educação colonial, previa que o colonizado deveria abdicar a sua própria cultura para se acomodar à outra cultura na senda deste pensamento se destaca aqui a ideia e os pressupostos de argumentos de Eduardo Mondlane (1969): “Por isso, a escola é, por assim dizer um centro

⁴ Dominar o português não poder ser entendida no sentido de um domínio compacto da língua mas no sentido de que país, no caso Angola o Português é língua usada na administração, Parlamento, Justiça e na escola, como sucedia durante o período de administração colonial. “Enquanto o angolano aprendia a cultura portuguesa, perdia a sua própria cultura e nem assimilava a fundo a cultura portuguesa” A. Mingas (2000:33).

difusor apenas da língua e cultura portuguesa com a finalidade exclusiva de tornar o africano um falante apenas do português e fiel à religião cristã”.

Convém, aqui recordar que, em 1912, Angola apresentava o aspecto de uma região em pé de guerra, onde por quase todo o lado se realizavam operações bélicas de menor ou maior vulto, cujo alvo era a ocupação efectiva e completa do seu território (Daskalos, 2008)

Desta feita, Jorge Fernandes (2009) esclarece: “A língua portuguesa gozou e continua a desfrutar de um estatuto privilegiado nos PALOP, uma vez que, ela foi adoptada logo após a independência pelos decisores políticos como a língua oficial, a que é utilizada no ensino, na administração, na imprensa, assim como nas relações com o mundo exterior. Ela sobrepõe-se as línguas locais chamadas na terminologia oficial, “línguas nacionais”, que servem de instrumentos de comunicação nas múltiplas situações correntes da vida. Essas línguas são ou os crioulos ou falares africanos”.

2. Situação socio-histórica de línguas em Angola

Nesta parte debruçar-nos-emos sobre a situação sociolinguística de Angola, de contacto de línguas na sua globalidade. A coexistência de línguas no mesmo espaço geográfico, cultural e social que tem confluído para a construção de um quadro conceptual que pretendemos demonstrar, o fenómeno de contacto de línguas a partir de formação dos grupos etnolinguísticos de Angola uma visão global que permita a interpretação do mesmo no contexto sociolinguístico e educativo. A realidade angolana é muito diversificada, constituída por grupos étnicos diferentes, por culturas diferentes que coabitam no mesmo espaço nacional, sem por vezes distinguirem estas diferenças.

A República de Angola ocupa uma superfície de 1.246.700 km, faz fronteira a Norte com a República do Congo (Brazaville) e com a República Democrática do Congo, a Leste com a República da Zâmbia e a RDC a Sul com a República da Namíbia, e a Oeste é banhado pelo oceano Atlântico.

A República de Angola, com uma configuração geométrica semelhante a um quadrado, é o quinto maior país, em extensão, da África ao Sul do Sahara. A sua paisagem vai desde o deserto à floresta virgem tropical. A sua costa marítima tem 1.650 km e é das mais extensas do continente africano. Já as suas fronteiras terrestres totalizam 4.837 km. O comprimento máximo no sentido Norte/Sul é de 1.277 Km e a sua máxima largura no sentido Oeste/Leste é de 1.236 Km.

Dentre os rios mais importantes enumeramos os seguintes: na fronteira Norte, o Zaire, que apenas numa parte do seu curso corre em Angola; o Kwanza, com uma extensão navegável de 960 km, corre de norte e, posteriormente, para oeste, em direcção ao Atlântico; o Cunene que,

do Planalto Central, corre para a fronteira sul, numa extensão navegável de 200 km; o Kubango, com 975 km, avança em direcção à República da Namíbia; e o Keve, que segue no sentido leste/oeste.

O nome "Angola" tem a sua raiz no título dos reis ambundu "Ngola" que existia no Antigo Reino do Ndongo, entre, Ambaca e Pungo Andongo (que corresponde hoje com as actuais Províncias do Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje). Ngola Kiluanje foi o líder mais destacado e destemido do Antigo Reino do Ndongo, sendo conhecido por Ngola A Kiluanje Inene (o Grande Ngola). Já o termo "Ngola" etimologicamente provém da palavra "Ngolo", o que em língua kimbundu significa "força", O mesmo termo em Kikongo, língua dos Bakongo (Cabinda, Uíge e Zaíre) significa "rigor ou força, fortaleza". Ngola faz menção à um pedaço de ferro que a maioria das linhagens Mbundu detinham como insígnia de autoridade. Daí também a mesma palavra (ngola) utilizada para designar o detentor dessa insígnia, ou seja, o rei.

Apesar de inicialmente o nome e título de Ngola se aplicar somente aos reis e região ao longo dos rios Lucala e Kwanza, Desde então, as terras vizinhas ao longo dos mesmos rios, sob a jurisdição dos Ngola e mais tarde conquistadas pelos Portugueses, passaram a ser chamadas como "Terras do Ngola", depois como "Terras d'Angola", e desde então a colónia portuguesa passou a chamar-se por analogia do título de Ngola **Angola**.

Foi em fins de 1482 ou princípios de 1483 que Diogo Cão chegou com a sua armada à enorme foz do Rio Zaire, a que primeiro chamou Rio do Padrão, por ali ter colocado uma pedra, assinalando a chegada dos portugueses. Não tinha intérprete para compreender os falantes desta região, mas conseguiu perceber a atitude destes povos através das palavras de boas vindas aos ilustres visitantes e admiração dos mesmos por causa da sua pigmentação da pele. Por isso, enviou alguns mensageiros para saudarem o Rei do Congo e ficou à espera deles na povoação chamada Mpinda.

Passados alguns meses, vendo que eles não regressavam, decidiu regressar a Portugal, mas levou consigo quatro pretos, com a intenção de lhes ensinar português e outras matérias da civilização europeia, a fim de servirem de intermediários numa segunda viagem. Diogo Cão regressou em 1485 ao Congo, trazendo os homens que havia levado e que vinham satisfeitos do tratamento que haviam recebido em Portugal.

Presume-se que Diogo Cão tenha chegado à foz do rio Zaire no reino do Kongo, em 1482, mas também podia ter sido em princípio de 83. Foi bem recebido, segundo parece não directamente pelo Mani soyo (Governador da Província,) mas por intermédio de mandatários seus, entre os quais se contava um sombrio, abriram-se para ele seus homens as casas, os abraços das mulheres e os filhos de todo um povo, curioso fascinado por súbita e aparatosa crença destes homens vindo de um longínquo reino *para lá do mar* à primeira vista em paz e de mãos abertas sempre dispostos a apresentar. Levando pelo calor da recepção o capitão-mor atrasou-se em contactos com as populações ribeirinhas ficou a saber que aquela terra era uma província de grande reino do kongo e que a capital Mbanza Kongo, onde via o Rei, Nekongo dia Ntotela (SEITAS, 2011:52)

A língua que durante muito tempo, isto é, no período que compreende de 1575 – 1845, que predominava no território de actual Angola, era o kimbundu, ainda que o português fosse a língua oficial. A esse respeito Filusova (2012) esclarece ainda que: “Nesse período, em 1576, chega a Luanda Paulo Dias de Novais que estabelece a actual capital do país, e em 1845 é iniciada uma série de medidas legislativas para abolir o tráfico de escravos em Angola. Por sua vez (Pélissier, 1997 citado por Inverno 2009) justifica a dominância da língua kimbundu ao facto de que o número de portugueses que permaneceram em Angola até ao século XX, era muito reduzido. Devia ser a consequência das guerras com os reinos africanos vizinhos e das doenças que causaram a mortalidade elevada dos emigrantes portugueses, entre os anos 1575 e 1592 chegaram para Angola 2340 portugueses, mas como se mostrou mais tarde, finalmente apenas 300 deles permaneceram em Luanda.

Durante os anos 1620 e 1750 a posição do kimbundu tornou-se mais forte. O kimbundu era a língua mais usada na vida diária de Luanda, a cidade mais importante do território angolano na altura.

A década 50 do século XX foi fértil para a expansão do português em Angola. Este período facilitou a generalização do português em todo o território nacional de Cabinda ao Cunene, os angolanos foram obrigados a aceitar e a adoptar a língua portuguesa como língua de unidade nacional com base às políticas linguísticas da administração colonial assente em vários decretos publicados entre (1926 e 1961). Os angolanos tinham que assimilar a cultura portuguesa. Para serem reconhecidos como “assimilados“, os angolanos assimilados tinham de possuir as seguintes habilidades: saber ler, escrever e falar fluentemente o português, professar a mesma religião que os portugueses e manter os padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Esta cultura europeia era, sem dúvida, muito distante da cultura dos africanos e, por isso, não era fácil adquirir os ditos hábitos, tão naturais para os europeus. Descreve a situação dos angolanos através do olhar do africano.

“Para se tornarem "cidadãos portugueses" tinham de prestar provas: ser católico praticante, dormir numa cama, ter o exame da quarta classe, falar bem português, ter só uma mulher, comer com garfo e faca, isto é, ter costumes "europeus exemplares Isto é: o que para um qualquer branco era adquirido por nascimento, para o colonizado era adquirido depois de difíceis provas, em que, provavelmente, muitos europeus reprovariam. O poder colonial durante a sua fixação em Angola traçou algumas estratégias para resolver o problema de intercompreensão para resolver o impasse da comunicação com os povos encontrados foi preciso o recurso a estratégia de intérpretes. Desta maneira, esses intérpretes foram levados, voluntária ou obrigatoriamente, para Portugal, onde aprendiam a língua e trabalhavam nas expedições marítimas portuguesas. A Portugal, nomeadamente a Lisboa, chegaram também junto com os outros intérpretes das diferentes línguas africanas faladas

nos territórios atingidos pelos portugueses, o que contribuiu, no futuro, para uma comunicação melhor (Bonvini, 1996).

2.2 O início do imperialismo linguístico em Angola

Com a chegada do Diogo Cão à Angola em 1482, poucas áreas de Angola estavam sob o domínio da Administração colonial. As pequenas mudanças começaram a acontecer a partir de encontros sucessivos com o Rei do Kongo, a conquista e ocupação de Angola pela Administração colonial, culminou com a instauração do processo glotofágico que foi antecedido pela repartição do continente africano de uma maneira tirânica, na Conferência de Berlim, convocada pelo chefe da Prússia, o Chanceler Bismark, que teve início em 1884, e durou até o ano seguinte. Segundo a Acta Geral redigida em Berlim, em 26 de Fevereiro de 1885, participaram dessa Conferência 15 países: 13 pertencentes à Europa, os Estados Unidos e a Turquia. A Grã-Bretanha e a França ficaram com a maior parte dos territórios africanos e os portugueses ficaram com Moçambique, Angola, Cabo Verde Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

O século XIX, permitiu Portugal começar a aplicar a sua política imperialista de tornar a Língua Portuguesa a língua mais importante e nacional em todas as colónias, iniciando assim com o processo glotofágico propriamente dito silenciando as línguas dos encontrados (autóctones) e legislando contra estas línguas fazendo da língua portuguesa como uma língua de elite.

Até ao século XIX, as políticas linguísticas de Portugal em Angola se circunscreviam apenas na zona litoral, fundamentalmente na cidade de Luanda e de Benguela. Para além destas localidades os angolanos mantinham ainda o controlo e o domínio das suas cidades, contudo a sagacidade do colonizador fez com que houvesse uma outra raça os “mestiços” que apoiavam sem reserva os portugueses.

Já, em 1913, o governador-geral Norton de Matos separou a elite de nativos da restante população, o que foi confirmado pela Lei orgânica de 15 de Agosto de 1914. Na definição do governador consideravam-se não indígenas “os naturais da província que sabiam falar correctamente o português ou exerciam alguma arte ou profissão liberal ou pagavam contribuições e tenham hábitos ou costumes europeus”.

Por conseguinte, generalizou-se a diferenciação entre a elite nativa, cujos elementos durante a República eram cada vez mais designados por «instruídos» ou «assimilados», e os restantes africanos, conhecidos por indígenas. Para estes, Norton de Matos criou o Departamento dos Negócios Indígenas. (Rodrigues, 2003)

De acordo com Kukanda (1988) a glotofagia (destruição, o enfraquecimento das línguas locais em proveito da língua do colonizador) passou por três fases: a primeira fase designada por colonialismo nascente. O linguista Vatome Kukanda explica que:

“Toda a invasão se concretiza muito rapidamente pela implementação de grupos de militares e de administradores, em seguida de comerciantes, geralmente nas cidades. É a volta desses grupos que vai, de início, desenrolar-se a batalha linguística. Com efeito, destaca-se uma classe de colaboradores locais que vão por necessidade e interesse, utilizar a língua do invasor. Trata-se, em primeiro lugar, do que hoje se chama as burguesias compradoras, paralelamente, e pelas mesmas razões de interesse e necessidade, um outro grupo social vai aprender a língua dominante: o primeiro estágio é, portanto, em primeiro lugar, o resultado duma situação económica: a língua dominante é adoptada pelos que, no terreno, estão próximos do poder ou representam, e pelos que lidam com ele (grandes comerciantes ou criados). O bilinguismo só toca um pequeno grupo de indivíduos: a imensa maioria da população continua monolíngue” (KUKANDA, 1988, p. 23).

Continua ainda esclarecendo:

Logo aqui começa-se com o processo de bilinguismo mas um bilinguismo limitado por circunscrever apenas num pequeno grupo de indivíduos. O segundo estágio é sobretudo, horizontal, no sentido de que a diferenciação linguística vai se estabelecer não somente segundo a escala de classes, mas também segundo uma escala geográfica: a cidade contra o campo. A mudança de diferenciação, na extensão de língua dominante é acompanhada de uma mudança importante: passa-se lentamente e, segundo os casos, do bilinguismo ao monolíngue ou monolíngue ao bilinguismo. Assim as classes superiores que tinham adquirido a língua dominante (bilinguismo), tendem a abandonar a língua dominante (passagem à um novo monolíngue), ao passo que as classes inferiores das cidades, que só falavam a língua dominante (monolíngue), tendem a adquirir a língua dominante (Bilinguismo). (KUKANDA, 1988, p. 23)

Ainda o mesmo autor:

em resumo, enquanto no primeiro estágio havia uma classe bilingue no poder e um povo monolíngue, no segundo estágio temos uma classe monolíngue no poder, um povo cidadão bilingue e um povo camponês monolíngue, o que constitui uma nova situação linguística. Já no terceiro estágio Kukanda esclarece que: A dinâmica implicada pelos dois estágios precedentes leva-nos, muito naturalmente a um terceiro estágio e quando tal é o caso, já não restam mais do que alguns traços arqueológicos da língua desaparecida (...) A língua dominante impõe-se segundo um esquema que passa pelas classes dirigentes, depois pela população das cidades e, finalmente, pelo campo este processo faz-se acompanhar de bilinguismo sucessivo, lá onde a língua dominada resiste. Mas o desaparecimento duma língua (glotofagia vitoriosa) (KUKANDA, 1988, p. 23)

No apogeu da ocupação colonial portuguesa e consequente institucionalização da educação formal em Angola no século XVI, as línguas autóctones (línguas nacionais/línguas maternas) foram marginalizadas, reservando esse papel unicamente à língua do colonizador, o português. Aquelas ficaram relegadas para a condução do cristianismo. Mesmo depois da ascensão à independência nacional, em 1975, manteve-se o sistema educacional estruturado em português (língua oficial/língua segunda) como sendo única língua do ensino. (CHICUMBA, 2013)

A situação linguística de Angola, tal como a da maioria dos países africanos, caracteriza-se por uma grande heterogeneidade. A maior parte das línguas são de origem bantu e têm uma localização territorial mais ou menos limitada e definida. A par das línguas africanas, o português, língua europeia imposta durante a colonização, é a que apresenta maior difusão territorial, não obstante não ser dominada por muitos angolanos. Esta língua internacional (na actividade quotidiana dos órgãos do Governo, incluindo o ensino) e internacional. O estatuto que lhe foi conferido ocorre a troco das vantagens de não ferirem sensibilidades internas e possibilitar a manutenção ou estabelecimento do diálogo com o exterior.

Genericamente, a política colonial portuguesa pautou-se pela tentativa de integrar os angolanos na cultura europeia. Para este efeito, o recurso a um dos principais e mais poderosos meios de uma acérrima oposição entre a LP e as línguas locais africanas consideradas um sério obstáculo à unidade, enquanto o português era a língua da cultura e da tecnologia. O Governo colonial não hesitou em impor o uso desta língua no ensino, hostilizando as línguas africanas (MIGUEL, 2014)

O território angolano a semelhança de outros países africanos é um país multilingue em que coexistem o português, as línguas bantu, e as línguas das comunidades não bantu; em Angola, verifica-se a presença de nove (9) grupos etnolinguísticos tal como apresentaremos no quadro abaixo.

2.2 Políticas linguísticas

De acordo com Cruz (2013) A política linguística, como disciplina, vem sendo estudada desde 1959, uma vez que a independência de alguns países africanos e asiáticos fez surgir algumas questões linguísticas. O autor esclarece ainda que: Einar Haugen utilizou pela primeira vez o termo planificação linguístico referindo-se a todos os esforços conscientes para alterar o comportamento linguístico de determinado grupo, e define o termo como “a actividade de elaboração de uma norma ortográfica, de descrições gramaticais e de dicionários de uma língua, que orientem quem fala e escreve essa língua em comunidades linguisticamente diversificadas. A partir de 1970, a política linguística começou a ser estudada como um elemento da ecolinguística, que segundo Haugen consistia no estudo da interacção entre a língua e o seu ambiente, isto é, a sociedade que a utiliza. Esta perspectiva não teve no entanto grande sucesso. Robert Cooper, após analisar as definições de planificação linguística, constrói a sua própria definição, segundo a qual se refere a “esforços deliberados para influenciar o comportamento dos outros, no que respeita a aquisição, estrutura, ou alocação funcional dos seus códigos de linguagem.”

O primeiro a utilizar o termo *language planning* foi o linguista Einar Haugen; por esta razão, muitos autores consideram política linguística e planificação linguística como sinónimos. O conceito

de política linguística, tal como outros conceitos das Ciências Humanas, variam de acordo com o ponto de vista de cada autor, e sendo uma nova área de estudos as definições e conceitos multiplicaram-se.

“Continua ainda o autor reforçando a ideia que sustenta as políticas linguísticas já com um outro autor, Robert Cooper, após analisar as definições da planificação linguística, constrói a sua própria definição, segundo a qual se refere a “esforços deliberados para influenciar o comportamento dos outros, no que respeita a aquisição, estrutura, ou alocação funcional dos seus códigos de linguagem.” Cooper dá-nos vários exemplos de políticas linguísticas, tais como: a criação da Academia Francesa por Richelieu, que tinha como principal propósito, não só regular a língua francesa, mas também “purificar” a língua e torná-la língua da ciência e erudição. Richelieu pretendia que o Francês ocupasse o lugar do Latim. Outro exemplo dado por Cooper é o do hebraico na Palestina, onde o uso da língua naquele território simbolizaria a ligação do povo judeu àquela terra e uma tentativa de restabelecer ali novamente a sua pátria. A campanha de alfabetização da Etiópia, e o uso de línguas nacionais, foi intencional para pacificar os estudantes e retirá-los do cenário político.” (idem,2013)

Segundo Hamel, a conceituação do campo vem sendo discutida por diversos autores, entre eles Haugen (1966; 1983), Kloss (1969), Cobarrubias (1983), Fishman (1987), Cooper (1989) e Jernudd (1991) apud Hamel (1993:8-10) e essa discussão inclui a partição do conceito de planificação em planificação de *status* e de planificação do *corpus* proposta por Kloss (1969). Os autores que não concordam com essa partição, segundo Hamel (1993), argumentam que não é possível planificar *corpus* sem modificar o *status* de uma língua, pois como planificar o *corpus* significa instrumentalizar a língua, ou seja, forjar elementos, tais como uma grafia, vocabulários, dicionários que conseqüentemente reflectem no *status* da língua, a planificação de *corpus* criaria condições para que a língua possa ser promovida, por exemplo, a oficial ou de instrução escolar, alterando assim o seu *status*. (Hamel, 1993, Apud Sagaz, 2013).⁵

Política é a ciência da governança de um Estado ou Nação e também uma arte de negociação para compatibilizar interesses. O termo tem origem no grego *politiké*, uma derivação de polis que designa aquilo que é público. O significado de política é muito abrangente e está, em geral, relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público.

Para Maria Mateus (2009): “Política Linguística é um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua.” A autora admite ainda que os cidadãos são os seus principais beneficiários, pode perguntar que benefícios se têm em vista quando

⁵ Para desenvolver essa área, foi fundado em 1999 o Instituto de Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), sociedade civil sem fins lucrativos com sede em Florianópolis, responsável pelo sítio www.ipol.org.br

se desenha uma política linguística. Parece lógico afirmar que os benefícios decorrem do que caracteriza, em todos os planos, a utilização da língua.

Segundo Calvet (2002, p. 145), define-se “política linguística [como] um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua (s) e vida social, e planificação linguística [como] a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato”. Para o autor, as políticas linguísticas podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas”.

As políticas linguísticas consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que conscientemente visa a solucionar problemas de comunicação em uma comunidade linguística. As políticas estabelecem os lugares e as formas de uso da(s) língua(s) na comunidade. Esses grupos podem ser supranacionais (lusofonia, francofonia) ou podem ser representantes de grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político (catalães, flamengos, bascos, grupos étnicos latino-americanos e africanos). (TORQUATO, 2009)

Quando falamos em língua, temos que pensar que ela é mais do que um meio de comunicação entre pessoas, ela é um caracterizador e identificador do povo que a fala como nos recorda o Presidente da República de Angola, Engenheiro José Eduardo dos Santos, ao declarar: “Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes línguas africanas de Angola, até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras“ (AGUALUSA, 2009).

“A política colonial, ao interferir no imaginário do angolano colonizado, marcou, definitivamente, suas representações espaço temporais. Verificou-se sobretudo uma transfiguração no tempo passado, própria do processo de expropriação que define os propósitos do colonizador. Destituiu-se o angolano não somente da terra e das riquezas que ela oferece como também de sua memória cultural, anulando-se o sujeito, promovendo-se o sentimento de inferioridade, garantindo-se, assim, a manutenção da exploração. À identidade historicamente construída pelo povo angolano foi sobreposto um ideal europeu de civilização. O processo de colonização implicou a ocidentalização do imaginário e das representações do colonizado, ou seja, o desvirtuamento de sua cultura, à custa de um falseamento da história, a qual se viu, assim, interrompida”.

3. Considerações finais

A definição de uma política linguística em Angola é um imperativo, tendo em conta que permitirá a correção da situação actual das línguas africanas de origem angolana no contexto de desenvolvimento e afirmação de Angola.

Em Angola, a Lei de Bases do Sistema de Educação (2001) define no Artigo Nono que “o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, sendo que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais”.

Desde 1961 data do início da luta anti-colonial em Angola, o português foi considerado como um instrumento de conciliação dos angolanos, por oposição às línguas bantu vistas como ameaçadoras à unidade nacional, facto que fez com que após 45 anos da nossa independência Nacional continuemos a usar o português como a única língua de escolarização em todos subsistemas de ensino em Angola.

Se durante o período colonial a língua portuguesa era sobretudo a língua de uma minoria, o período que se seguiu à independência política, o pós-colonial, caracteriza-se, pela incrementação de políticas que visa a utilização constante desta língua em todos sectores da vida pública em prol desta política se proclamou ser o português a língua de todos os angolanos.

Após a proclamação da Independência Nacional em Angola em 11 de Novembro de 1975, o português ganha um estatuto de língua nacional e conseqüentemente exerce na sociedade angolana uma tripla função:

- a) Língua de Unidade Nacional
- b) Língua de Comunicação Oficial
- c) Língua de Ensino.

Em África, cada administração colonial tinha a sua própria política linguística na qual apresentava a língua da sua escolha, caso da política colonial portuguesa que visava uma assimilação total. Aliás, o sistema educacional colonial, não só não permitia a aprendizagem das línguas angolanas de origem africana, como também criou uma atitude negativa à cultura e as línguas africanas.

Hoje, Angola faz parte dos países que têm a política linguística chamada exoglóssica em que nenhuma língua atinge 50% da população. Apesar do artigo 19 da Lei constitucional⁶ de Angola

⁶ artigo 19º cito: 1. A língua oficial da República de Angola é o português.

2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional

determinar o uso da língua portuguesa em simultâneo com a língua oficial no caso o português, porém a legislação angolana não é traduzida em línguas nacionais. A maior parte dos produtos alimentares por exemplo em Angola não têm catálogos em língua nacionais, as duas principais operadoras de telefonia móvel de Angola, até a data da redação deste artigo UNITEL e a MOVICEL com cobertura em todo território angolano as funções dos telefones estão todas em língua portuguesa e línguas estrangeiras.

Deveria-se co-oficializar algumas línguas angolanas com maior número de falantes nomeadamente: Umbundo, Kibundu, Kikongo, Tchokwe quatro língua se as outras teriam um valor concorrente como por exemplo o, Nhaneka-Humbi, Kuanhama, Nganguela, etc.

Referências

AGUALUSA, Eduardo. A Língua portuguesa e o seu futuro em Africa .1977

CHICUMBA, Segunda Mateus, *A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais*. 2013

CALVET, Louis : *As políticas Linguísticas*. Ed. Parábolas SP 2007

DASKALOS Alexandre: *As Políticas de Norton de Matos para Angola E. Minervas* .Coimbra, 2008

INVERNO, Liliana *A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal*. 2009

KUKANDA Vatomene, *Introdução sociolinguística*. CDI Lubango,1988

MINGAS Amelia: *Interferências do Kimbundu no português falado em Lwanda*.ed. chá de Caxinde. Luanda ,2000

MIGUEL Helena *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*, Mayamba editora. Luanda .2014

RADOSLAVA Filusova *Difusão e desenvolvimento do português vernáculo de Angola*. Dissertação de Mestrado. 2012

SEITAS António *Historia do Reino do Kongo*, Mayamba editora. Ld,2011

SILVA, Benedicto. (1992) *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*. Porto: Fundação.

TORQUATO Cloris *Políticas linguísticas desenvolvidas em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento
2009